

ACORDO COLETIVO 2012- 2013

Pelo presente instrumento particular de um lado, **COMPANHIA DE ALIMENTOS IBITURUNA S.A.**, unidade localizada à Av. Rio Bahia, KM 411, S/N, Bairro Planalto, Governador Valadares - MG, inscrita no CNPJ sob no. 09.321.967/0001-40, doravante denominada simplesmente EMPRESA, representada por seu procurador subscrito, e de outro lado, seus empregados, representados neste ato pelo **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO, PANIFICAÇÃO, CONFEITARIA DE GOVERNADOR VALADARES E REGIÃO LESTE DE MG - SINTINA**, situado a Rua São João, 558 - Bairro Centro - Governador Valadares - MG - inscrito no CNPJ sob no. 20.844.320/0001-35 e com Registro Sindical sob no. 016.088.89114-0, doravante denominado simplesmente SINDICATO, representado pelo Presidente da entidade Nilton Vieira Rhis. Decidem estabelecer o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO** na forma do artigo 611 e seguintes da CLT, mediante as cláusulas que seguem:

1. VIGENCIA E DATA-BASE - As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de maio de 2012 a 30 de abril de 2013 e a data-base da categoria em 1º de maio.

Parágrafo Único: A data-base relativa ao presente Acordo Coletivo de Trabalho é **MAIO** e refere-se ao período revisando compreendido entre 01 de maio de 2011 e 30 de abril de 2012, considerado integralmente quitado pelas partes, por meio do presente instrumento de Acordo Coletivo Trabalho.

2. ABRANGÊNCIA - O presente Acordo Coletivo de Trabalho abrangerá as categorias: Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, com abrangência territorial na cidade de Governador Valadares no estado de Minas Gerais.

3. SALÁRIO NORMATIVO - Durante a vigência do presente acordo coletivo de trabalho, nenhum empregado por ela abrangida poderá receber salário mensal inferior a R\$ 815,00 (oitocentos e quinze reais) em 1º de maio de 2012 e no mês de janeiro de 2013, o piso da categoria não poderá ser inferior a 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), exceto menor aprendiz.

a) Os pisos dos operadores 01 (um) aparte de 1º de maio de 2012, será de R\$ 939,00 (novecentos e trinta e nove reais) mensalmente.

b) Os pisos dos operadores 02 (dois), que recebia R\$ 1.047,00 (hum mil e quarenta e sete reais, ira para R\$ 1.170,00 (hum mil e cento e cento e setenta reais) aparte de 1º de maio de 2012 mensalmente.

c) Os pisos dos operadores 02 (dois) que recebia R\$ 1.187,00 (hum mil e cento e oitenta e sete reais), ira aparte de 1º de maio de 2012, para R\$ 1.290,00 (hum mil e duzentos e noventa reais) mensalmente.

4. REVISÃO SALARIAL - As partes convenientes se ajustam que, decorrente do período revisando, e para o período de 2012, será concedido reajuste salarial de 8% (oito por cento) para todos empregados que percebem salários acima do piso na clausula 3ª, sendo que do percentual acima a empresa ira aplicar 7% (sete por centos) nos salários dos empregados em 1º de maio de 2012 e aplicara + 1% (um por cento) nos salários 1º setembro de 2012, totalizando o percentual de 8%.

5. ADIANTAMENTO QUINZENAL DE SALÁRIO - A empresa concederá aos seus empregados, a titulo de adiantamento quinzenal, a quantia correspondente a 40% (quarenta por cento) do salário bruto do empregado, até o dia 20 de cada mês.

Parágrafo Primeiro: Os empregados recém-admitidos no mês, afastados e de férias, não receberão adiantamento quinzenal.

Parágrafo Segundo: Caso o dia de pagamento coincida com sábados, domingos ou feriados, o pagamento poderá ser efetuado no 1º. (primeiro) dia útil subsequente.

6. AUTORIZAÇÃO DE DESCONTOS - Poderão ser descontados do salário dos empregados, além do adiantamento quinzenal previsto, os valores destinados a beneficios tais como alimentação, refeitório, vendas próprias na empresa, vale-transporte, associações, e empréstimos concedidos, contribuições ao sindicato, e outros convênios e beneficios oferecidos pela empresa ao trabalhador.

7. DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO - A empresa, quando do pagamento dos salários, deverá fornecer aos empregados, demonstrativos que contenham os valores pagos e os descontos efetuados.

Nilton Vieira Rhis

Parágrafo Único – Será obrigatório o fornecimento do demonstrativo de pagamento, com discriminação das importâncias pagas e dos descontos, contendo a identificação da empresa, a data e o valor do FGTS a ser recolhido.

8. HORAS EXTRAS - As horas extras serão remuneradas com acréscimos de 60% (sessenta por cento) em relação à hora normal, exceto aquelas trabalhadas aos domingos e feriados, cuja remuneração em relação à hora normal será acrescida de 100% (cem por cento)

9. ADICIONAL NOTURNO - A remuneração do trabalho noturno será acrescida do adicional de 30% (trinta por cento).

10. NONA HORA - Quando o intervalo para refeição reduzir-se para menos de uma hora, por força do trabalho as horas serão pagas pelas empresas com percentual de 60% (sessenta por cento) no prazo legal, não poderão ir para banco de horas.

11. SALÁRIO DO SUBSTITUTO - Ao empregado substituto, a partir de 20 (vigésimo) dias e enquanto perdurar a substituição, será devido ao salário do substituído, excluídas as vantagens de caráter pessoal.

12. UNIFORME - A empresa fornecerá gratuitamente aos seus empregados, uniformes em número suficiente a prestação de serviços desde que exigidos por ela ou de uso obrigatório por normas legais.

Parágrafo único – Rescindido o contrato de trabalho, o empregado que recebeu o uniforme se obriga a devolvê-lo a empresa.

13. LANCHE - A empresa fornecerá gratuitamente aos seus empregados, por jornada de trabalho, um lanche diário, que consistirá de um copo de leite, pão com manteiga e café, recomendando-se as empresas a melhoria do lanche aqui estipulado.

Parágrafo único – A empresa fornecerá um lanche reforçado aos empregados solicitados para prorrogação da jornada normal de trabalho.

14. LIMPEZA DE MÁQUINA OU EQUIPAMENTO - Sempre que a empresa o exigir, deverá encerrar o trabalho com antecedência bastante, de tal forma que permita dentro da jornada de trabalho e sem prorrogação, seja possível ao empregado efetuar a limpeza da máquina ou equipamento no qual trabalha.

15. DO DESCONTO / VALOR DA ALIMENTAÇÃO - A empresa durante a vigência do presente acordo descontará a importância de 1,00 (um reais) mensalmente de todos os empregados que adquirirem os tickets, exceto quando o empregado tiver de férias ou afastado.

16. GESTANTE FUNÇÃO COMPATÍVEL - Assegura-se à gestante, durante a gestação o exercício de trabalho ou função compatível ao seu estado.

17. AVISO PRÉVIO - A empresa se compromete a dispensar o cumprimento do aviso prévio, sempre que o empregado o solicitar, hipótese de se tratar de dispensa a pedido do obreiro.

18. CARTA AVISO DE DISPENSA, SUSPENSÃO OU ADVERTÊNCIA - A empresa fornecerá comprovantes, por escrito aos empregados demitidos sob acusação de prática de falta grave, bem como ao fornecimento, por escrito, dos motivos que originaram a suspensão ou advertência.

19. GUARDA DE BICICLETA E VEÍCULO MOTORIZADO - A empresa se obriga a reservar local próprio para a guarda de bicicletas e veículos motorizado de seus empregados.

20. INTERVALO DE REFEIÇÕES - A empresa concederá um intervalo para refeição de no mínimo 1:00 (uma) hora.

Nilton Vieira Rhis

21. SOBRECARGA RESULTANTE DE EMPREGADO EM FÉRIAS - A empresa se compromete a não sobrecarregar seus empregados com tarefas de companheiros em férias, nem exigir no retorno desses, sobrecarga para compensar as férias gozadas.

22. TELEFONE - A empresa se compromete a permitir o uso do telefone por seus empregados, transmitindo aos mesmos todos os recados importantes e urgentes.

23. EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA - A empresa fornecerá aos seus empregados gratuitamente, todos os equipamentos de segurança exigidos pela legislação vigente.

24. VESTIÁRIOS - A empresa se obriga, quando necessário, a construir e manter vestiários e armários para uso de seus empregados, tudo segundo normas vigentes.

25. COMPLEMENTAÇÃO DO 13º SALÁRIO - Ao empregado afastado e percebendo auxílio doença da Previdência Social, por período igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a empresa assegura o 13º Salário Integral, sem prejuízo do tempo de afastamento, e proporcionalmente aos períodos à disposição da empresa e do INSS, limitado o benefício ao teto Previdenciário ou limite máximo de contribuição, nos casos em que o INSS indeferir o Benefício.

26. CONTROVÉRSIAS E FISCALIZAÇÃO - As partes convenientes aceitam a fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho, Sub-delegacia de Governador Valadares, quanto ao cumprimento das cláusulas aqui ajustadas, bem como acordam que a justiça do Trabalho é a competente para dirimir as dúvidas que resultarem da aplicação destas.

27. PAGAMENTO DE FÉRIAS - Os pagamentos relativos às férias gozadas pelos empregados deverão ser feitos com antecedência mínima de 02 (dois) dias anteriores ao início do gozo.

28. EQUIPARAÇÃO SALARIAL - A empresa se compromete a equiparar os salários de empregados que exerçam as mesmas funções com igual produtividade e perfeição técnica, no mesmo local de trabalho

29. SALA DE DESCANSO - Existindo câmaras frias deverá ser instalada sala de descanso dos empregados e que contenham condições com esta finalidade.

30. PRIMEIRO SOCORROS - A empresa deverá manter materiais para prestação de primeiro socorros, em caso de acidentes de trabalho.

Parágrafo Único: Os materiais de primeiros socorros deverão ser manuseados por pessoas treinadas e específicas para este fim.

31. AUXÍLIO FUNERAL - No caso de falecimento de empregado, a empresa pagará aos seus dependentes, devidamente credenciados pelo INSS, um auxílio funeral correspondente ao valor de 02 (dois) Pisos Salariais vigentes a respectiva época do evento.

32. MELHORIA DE INSTALAÇÕES - As empresas se comprometem a melhorar as condições de trabalho e instalações, procurando observarem pelo menos, as condições mínimas de higiene e segurança a que estão obrigadas por força de disposições regulamentares.

33. DA LIBERAÇÃO DOS DIRETORES - As partes acordam que as liberações dos diretores efetivos, conforme preceitua o art. 543 da CLT parágrafo 2º, desde que devidamente requerido pela entidade de classe no prazo de 24h(vinte quatro) horas, não serão descontados para efeito de férias.

34. QUADRO DE AVISOS - A empresa reservará em seus quadros de avisos, local para que o Sindicato possa divulgar informações de interesse dos trabalhadores. Os avisos do Sindicato serão encaminhados á empresa que fixarão imediatamente, inclusive no mesmo turno de trabalho em que forem entregues. Os avisos devem ficar limitados a assuntos de interesse do trabalhador e não podem conter ofensas ao empregador ou ás autoridades constituídas.

Nilton Vieira Rhis

35. VALE TRANSPORTE - A utilização do vale transporte fora dos princípios estabelecidos em Lei, dá ao empregador o direito de suspender o benefício por um mês em primeira ocorrência, e quando houver reincidência, nos termos estabelecidos em Lei.

36. TOLERANCIA PARA ENTRADA E SAÍDAS - Os cartões de ponto, livro ponto, ponto eletrônico, deverão ser marcados pelo próprio empregado. Quando ocorrer o registro do ponto com antecedência de 15 (quinze) minutos nos horários de entrada e 15 (quinze) minutos após o horário de saída, não havendo a prorrogação da jornada de trabalho, não serão computadas como horas extraordinárias

37. HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO - Os horários de homologação de Rescisão de Contrato de Trabalho serão de acordo com as condições administrativas do SINTINA, que é de 8h às 11h horas, podendo as empresas em casos especiais comunicar à secretaria da entidade e solicitar a dilatação desse horário.

38. REGISTRO DE PONTO ELETRÔNICO - A empresa adotará o registro eletrônico de marcação de horário conforme legislação vigente.

Parágrafo Primeiro: A empresa fica obrigada a fornecerem os crachás para marcação do ponto sem ônus ao empregado.

Parágrafo Segundo: A empresa deverá entregar o cartão de ponto ao empregado para conferência e assinatura, ficando a empresa na obrigação de fornecer os mesmos uma cópia do cartão de ponto no momento da sua assinatura.

39. DIA DO TRABALHADOR - Fica instituído o dia 30 de janeiro como dia do trabalhador das indústrias da alimentação, Panificação, Confeitaria de Governador Valadares e Região do Leste de Minas Gerais, o dia será feriado remunerado.

40. ASSISTENCIA EM EMERGENCIA - Em casos de acidente, mal súbito ou parto, fica o empregador obrigado a transportar o empregado para locais de assistência médica apropriado, desde que aqueles eventos ocorram dentro das instalações da empresa no horário de trabalho.

41. SINDICALIZAÇÃO - Com o objetivo de incrementar a sindicalização dos empregados, as empresas colocarão à disposição do Sindicato, local e meios para esse fim. A data será convenionada de comum acordo pelas partes e a atividade será desenvolvida dentro do recinto da empresa, fora de ambiente de produção, em locais previamente autorizados pela empresa e, preferencialmente, nos períodos de descanso da jornada normal de trabalho.

42. TÉCNICOS DE SEGURANÇA/ CIPA - Maior atenção dos técnicos de segurança no trabalho e membros da CIPA, nos locais de trabalho.

43. LICENÇA CASAMENTO - A empresa concederá a todos os empregados que contraírem matrimônio, comprovadamente terá licença remunerada de 05 (cinco) dias corridos a partir da data do casamento.

44. ESTABILIDADE VESPERA DE APOSENTADORIA a um máximo de 12 (doze) meses de aquisição do direito à aposentadoria por tempo de contribuição ou especial, ainda que em seus prazos mínimos de proporcional, e que contem com pelo menos 05 (cinco) anos de serviço na atual empresa, fica assegurado o emprego ou salário durante o período que faltar para a aposentadoria ficam, porém, excluídos do previsto nesta cláusula, os casos de rescisão do contrato por iniciativa do empregado, por mútuo acordo entre empregado e empregador e, ainda, por justa causa.

Parágrafo Único: Para que o empregado possa gozar do benefício previsto no "caput", obriga-se a dar conhecimento por escrito à empresa, acompanhado de documento expedido pelo INSS por ocasião da data em que adquirir este direito.

45. JORNADA 12X36 - Fica acordado que a critério do empregador, poderá ser adotada a jornada de trabalho no regime 12x36, que compreende uma jornada de trabalho com duração de 12 (doze) horas



Nilton Pereira Rhis

de trabalho consecutivos, com intervalo de 01 (uma) hora para refeição e descanso, por 36 (trinta e seis) horas de descanso, ficando expressamente acordado que as horas compreendidas entre a 8ª. (oitava) e a 12ª. (décima segunda) horas diárias não serão computadas como horas extras.

Parágrafo Único: Os setores compreendidos para a liberação desta jornada são: Portaria, Segurança, Utilidades, Meio Ambiente.

46. CESTA OU TICKET ALIMENTAÇÃO - A empresa fornecera para todos os seus empregados cesta básica de alimentação ou ticket alimentação no valor de 100,00 (cem reais) mensalmente. O valor da cesta básica ou ticket não terá efeito para fins salariais

Parágrafo primeiro – A empresa só pagara o valor acima mencionado para os empregados que tiverem faltas justificadas e poderá ter até 03 (três) atestado médicos por mês.

Parágrafo segundo – Não terão direito o funcionário que tiver faltas e apresentar para empresa mais de 03 (três) atestado médicos.

47. CARGOS EXECUTIVOS - Os empregados registrados e ocupantes de cargos denominados executivos (Diretoria e Gerência), classificados como cargos de confiança (conforme artigo 62, item II da Consolidação das Leis do Trabalho), não estão abrangido pelo presente Acordo Coletivo. As negociações sobre a relação de trabalho devem ser realizadas diretamente entre empresa e empregado.

48. MULTA - As partes estabelecem multa de 10% (dez por cento) a favor do empregado prejudicado, para o inadimplemento das cláusulas de natureza financeira, e do valor correspondente de 01(um) piso salarial vigente da categoria, para o inadimplemento das demais, sendo esta importância revertida a favor do sindicato obreiro.

Parágrafo único Prevalecerá a multa específica, quando prevista, sobre a multa genérica desta cláusula ficando vedada a superposição.

49. DIFERENÇA SALARIAL – As diferenças salariais do presente acordo coletivo de trabalho serão pago juntamente com os salários competência do mês de agosto de 2012, sem qualquer ônus.

Parágrafo único - A diferença de salário em decorrência do arredondamento salarial dos operadores no ano de 2012, será pago de única vez no mês de julho de 2013.

50. QUADRA DE ESPORTE - A empresa pagara 03 (três) horas de quadra de futebol por semana para os empregados utilizar para prática de esporte, totalizando 12 (doze) horas por mensal, aparte do mês de julho de 2013.

51. BANCO DE HORAS - As partes ajustam a negociação para a implantação do sistema de Banco de Horas, de acordo com a previsão legal no artigo 59 da CLT, conforme regras abaixo:

Parágrafo Primeiro - Será formado um Banco de Horas, através do sistema de débito / crédito de horas provenientes das seguintes situações: dispensas eventuais dos empregados de suas atividades laborais, as quais serão compensadas, e horas trabalhadas em caráter extraordinário, para compensação dentro do prazo estabelecido, conforme critérios aqui definidos.

Parágrafo Segundo: Para fins de CRÉDITO no banco de horas, serão consideradas as horas extras realizadas nas seguintes situações.

Parágrafo terceiro: A Compensação das horas registradas no banco de horas , far-se- na proporção de 01:36 (uma hora ponto trinta e seis minutos) hora de descanso para cada 01 (uma) hora trabalhada ou seja será acrescida de 60% (sessenta por

Nilton Pereira Rêis

cento) da hora extra que poderá ser paga em folga ou em dinheiro o adicional de 60%.

a) Horas Extras provenientes de prorrogação da jornada diária normal de trabalho, respeitando sempre o limite máximo de 10 (dez) horas de trabalho por dia.

b) Eventuais horas extras realizadas além do limite previsto, não serão computadas no banco de horas, devendo ser remuneradas mensalmente como horas-extras, respeitando-se os percentuais previstos em Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo Terceiro: Para fins de DÉBITO no banco de horas, serão consideradas as horas não trabalhadas nas seguintes situações:

a) Por iniciativa da empresa, em função de sazonalidade, quebra de equipamento, redução do volume de produção/trabalho, emendar feriados, e de demais circunstâncias imperiosas, poderá haver redução de jornada de trabalho;

b) Por solicitação do empregado para aumentar dias de férias, prolongar folgas e descansos semanais, acompanhar filhos em reuniões escolares e outros motivos particulares;

Parágrafo Quarto: A compensação das horas registradas no banco de horas, far-se-á na proporção de 01 (uma) hora de descanso para cada 01 (uma) hora trabalhada.

Parágrafo Quinto: O disposto neste acordo coletivo não implicará em redução do salário nominal do empregado.

Parágrafo Sexto: As compensações diárias definidas a critério da empresa, através de redução ou supressão de jornada de trabalho ou por meio de concessão de folga compensatória, deverão ser comunicadas aos empregados envolvidos num prazo mínimo de 12 (doze) horas. Quando a iniciativa partir do empregado, este deverá acordar com a Empresa num prazo mínimo de 12 (doze) horas.

Parágrafo Sétimo: O saldo de horas existentes no banco de horas será controlado individualmente por empregado, através de informativo emitido mensalmente pela empresa.

Parágrafo Oitavo: O fechamento mensal do saldo do banco de horas respeitará sempre o período entre o dia 14 de um mês até o dia 13 do mês subsequente e a emissão do informativo de controle será no último dia útil de cada mês.

Parágrafo Nono: O período para fechamento dos créditos e débitos de horas no banco de horas será o mesmo da vigência do Acordo Coletivo.

Parágrafo Décimo: O acerto de contas do saldo remanescente de horas ocorrerá sempre na folha de pagamento do mês de MAIO de cada ano.

Parágrafo Décimo Primeiro: Havendo CRÉDITO de horas no banco ao final do período, as mesmas serão pagas considerando o percentual de horas extras praticado pela empresa conforme Acordo Coletivo de Trabalho na ocasião do referido acerto.

Nilton Pereira Rhis

Parágrafo Décimo Segundo: No caso de rescisão de contrato, o pagamento de horas remanescentes será efetuado no acerto das verbas rescisórias, de acordo com prazos de pagamento do termo de rescisão de contrato.

Parágrafo Décimo Terceiro: Todas as horas remanescentes no banco de horas que forem pagas ao empregado no final de cada período, serão consideradas para efeito de integração em FGTS, 13º salário e férias (todas as incidências legais), inclusive nos casos de rescisão de contrato.

Parágrafo Décimo Quarto: Havendo DÉBITO de horas no banco ao final do período, o saldo de banco de horas existente será suportado pela empresa, não podendo ser descontado do empregado, nem compensado em período posterior.

Parágrafo Décimo Quinto: Nos casos de rescisões de contrato, não serão descontadas eventuais horas remanescentes.

52. REGISTRO E PROTOCOLO - Fica estabelecido que o SINDICATO e EMPRESA sejam responsáveis por registrar e protocolar o referido Acordo Coletivo no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego.

Governador Valadares, 01 de julho de 2013.



Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, panificação, confeitaria de Governador Valadares e região leste de /MG

Nilton Vieira Rhis- Presidente
CPF: 386.119.106-72



Companhia de Alimentos Ibituruna S/A
Minoru Kitamura - Procurador
CPF: 082.595.598-03

Nilton Vieira Rhis